

S.A. “O ESTADO DE S. PAULO”

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019**

S.A. “O ESTADO DE S. PAULO”

**Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Balanços patrimoniais consolidados

Demonstrações do resultado consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente consolidadas

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e acionistas da
S.A. “O Estado de S. Paulo”
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da S.A. “O Estado de S. Paulo” (“Companhia”), identificadas como consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da S.A. “O Estado de S. Paulo” em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos registrados pela Companhia, totalizava R\$ 69.767 mil, consolidado, os quais encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis consolidadas, juntamente com a informação de que a Administração da Companhia considera que essa estimativa envolve a necessidade de julgamento contábil crítico em relação ao reconhecimento contábil desses ativos e suas futuras realizações.

Esse item foi considerado como um principal assunto de auditoria, tendo em vista que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexo e envolve a utilização de diversas premissas para se estimar o montante e o correspondente ano fiscal no qual os referidos tributos diferidos serão realizados no curso normal das operações. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela Administração, os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que atua, que possibilitarão a realização desses tributos diferidos nos próximos exercícios.

Provisão para contingências

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20(a), a Companhia é parte envolvida em diversos processos tributários, cíveis e lei de imprensa e trabalhistas que totalizam R\$ 17.646 mil, avaliadas como perda provável. Focamos nesse assunto devido à relevância dos montantes envolvidos, do grau de julgamento envolvido por parte da Administração e seus consultores jurídicos na determinação se uma provisão deve ser registrada, além da complexidade e quantidade de processos nos quais a Companhia está envolvida. Adicionalmente, há o risco de que mudanças na avaliação da probabilidade de perda nos processos tributários não sejam identificadas de forma tempestiva e, conseqüentemente, não sejam refletidas nas demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A revisão das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração;
- A consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração com os dados históricos de estimativas passadas e, também, com as efetivas realizações das mesmas. Adicionalmente, avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura;
- Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos incluídas na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as estimativas de realização dos tributos diferidos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está razoável com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de realização dos tributos diferidos, assim como as divulgações na Nota Explicativa nº 11, são razoáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Analisamos a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos sobre as contingências avaliadas como perda provável.
- Adicionalmente, enviamos cartas de confirmação aos consultores jurídicos externos e comparamos as posições por eles informadas sobre as avaliações da possibilidade de perda destas causas com as posições informadas pela Administração;
- Adicionalmente, avaliamos se as divulgações para as contingências mais significativas foram adequadamente incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para contingências, consideramos aceitáveis as provisões registradas bem como as divulgações dos passivos contingentes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais

A Administração da Companhia efetuará a elaboração das demonstrações contábeis individuais separadamente, para fins de adequacidade em relação à exigência do artigo 275 da Lei nº 6.404/76.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Balanço patrimonial consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.994	20.418	Empréstimos e financiamentos	14	22.800	17.040
Contas a receber	8	24.719	27.225	Debêntures	15	19.667	19.812
Estoques	9	6.472	16.454	Fornecedores	16	26.116	42.083
Partes relacionadas	19	3.038	1.497	Obrigações trabalhistas	17	21.382	20.969
Impostos a recuperar	10	9.412	6.534	Contas a pagar e outros		4.113	2.561
Despesas e comissões antecipadas		1.295	1.274	Adiantamentos de clientes	21	37.865	22.895
Outras contas a receber		1.268	2.676	Partes relacionadas	19	38.683	29.299
Ativo mantido para venda		4.100	4.100	Obrigação pós emprego	23(b)	1.229	1.174
Total circulante		67.298	80.178	Programa de parcelamento fiscal	18	11	61
Não circulante				Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar		5.822	3.376
Partes relacionadas	19	760	-	Provisão para contingências	20(a)	11.731	9.372
Depósitos judiciais	20(d)	25.480	27.207	Total circulante		189.419	168.642
Impostos a recuperar	10	1.547	1.547	Não circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	11	69.767	63.957	Empréstimos e financiamentos	14	-	9.281
Outras contas a receber		535	-	Debêntures	15	29.141	48.569
		98.089	92.711	Provisão para contingências	20(a)	5.915	10.868
Investimentos				Programa de parcelamento fiscal	18	63	77
Imobilizado	12	3.225	5.667	Obrigação pós emprego	23(b)	13.449	14.038
Intangível	13	26.132	29.984	Outras provisões e obrigações		4.569	3.799
Total não circulante		10.222	13.609	Total não circulante		53.137	86.632
		137.668	141.971	Total do passivo			
Total do ativo						242.556	255.274
		204.966	222.149	Patrimônio líquido			
				Capital social	22	24.178	24.178
				Prejuízos acumulados		(62.114)	(57.975)
				Outros resultados abrangentes	23(b)	346	672
				Total do patrimônio líquido		(37.590)	(33.125)
				Total do passivo e patrimônio líquido			
						204.966	222.149

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Demonstração do resultado consolidada Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	24	368.463	378.168
Custos das vendas e serviços prestados	25	(176.814)	(183.682)
Lucro bruto		191.649	194.486
Receitas/(despesas) operacionais			
Vendas	25	(153.301)	(150.140)
Administrativas	25	(50.061)	(50.041)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	13.431	3.030
Lucro líquido/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		1.718	(2.665)
Receitas financeiras	26	4.707	4.831
Despesas financeiras	26	(12.501)	(15.715)
Variações monetárias e cambiais	26	(225)	(967)
Resultado financeiro líquido		(8.019)	(11.851)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(6.301)	(14.516)
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	11(a)	(3.403)	(2.087)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	11(a)	5.565	8.166
Prejuízo do exercício		(4.139)	(8.437)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Demonstração do resultado abrangente consolidada Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízo do exercício		(4.139)	(8.437)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:			
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria, líquido de impostos	23(b)	(326)	1.026
Total do resultado abrangente para o exercício, líquido dos efeitos tributários		<u>(4.465)</u>	<u>(7.411)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital social	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		24.178	4.836	(354)	(54.374)	(25.714)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(8.437)	(8.437)
Ganho atuarial	23(b)	-	-	1.026	-	1.026
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	1.026	(8.437)	(7.411)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>24.178</u>	<u>4.836</u>	<u>672</u>	<u>(62.811)</u>	<u>(33.125)</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.139)	(4.139)
Perda atuarial	23(b)	-	-	(326)	-	(326)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	(326)	(4.139)	(4.465)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>24.178</u>	<u>4.836</u>	<u>346</u>	<u>(66.950)</u>	<u>(37.590)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(6.301)	(14.516)
Ajustes		
Depreciações e amortizações	10.562	13.960
Juros e variações monetárias de empréstimos e debêntures	9.109	10.478
Variações monetárias de contingências	(583)	1.276
Variações monetárias do programa de parcelamento fiscal	2	12
Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.530)	440
Receitas de permutas	(8.868)	(7.800)
Despesas de permutas	5.519	5.718
Valor residual do ativo imobilizado baixado	4.099	2.760
Resultado na venda de participação societária	711	(2.732)
Participação no resultado de joint venture	1.639	2.101
Provisão para contingências	2.421	8.530
Outras obrigações	1.252	1.579
	24.333	36.322
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	12.904	18.158
Estoques	9.982	(9.666)
Impostos a recuperar	(2.878)	10.026
Despesas e comissões antecipadas	(21)	(132)
Outras contas a receber	873	5.443
Partes relacionadas	7.083	341
Depósitos judiciais	1.727	(3.538)
Fornecedores	(21.486)	(5.545)
Obrigações trabalhistas	413	(998)
Adiantamentos de clientes	14.970	(10.029)
Contingências	(4.432)	(4.219)
Outras contas a pagar	57	(5.274)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(957)	(261)
	18.235	(5.694)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	36.267	16.112
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e de intangível, inclusive capitalizados	(7.422)	(4.219)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(7.422)	(4.219)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e debêntures	25.085	85.482
Amortização de empréstimos e debêntures	(57.288)	(82.528)
Programa de parcelamento fiscal	(66)	(62)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamentos	(32.269)	2.892
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(3.424)	14.785
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.418	5.633
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	16.994	20.418
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(3.424)	14.785

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

1. Contexto operacional

A S.A. "O Estado de S.Paulo" (a "Companhia") e suas controladas, Rádio Eldorado Ltda., OESP Mídia e Transportes S.A. e as controladas em conjunto APP Media S.A, São Paulo Distribuição e Logística Ltda. e Genial Corretora de Seguros S.A. (conjuntamente, "o Grupo") atuam em diversos canais de difusão jornalística, multimídias e no provimento de serviços de informações.

A S.A. "O Estado de S.Paulo" foi fundada em 1875, tendo como atividade principal a publicação, a edição e a impressão do jornal "O Estado de S.Paulo", bem como o site estadao.com.br.

A OESP Mídia e Transportes S.A. ("OESP Mídia"), constituída em 1989, tem como atividades a edição musical, a comercialização de discos fonográficos, a arrecadação de direitos autorais, serviços de internet e serviços de transportes.

A Rádio Eldorado Ltda. ("Rádio"), com sede em São Paulo, foi fundada em 30 de abril de 1949, tendo como objeto social a execução de serviços de radiodifusão em geral, sons e imagens (televisão).

A App Media S.A. ("APP"), adquirida em junho de 2015 pela Companhia, tem como objeto social a criação, o planejamento e a produção de serviços de marketing em aparelhos de comunicação móvel.

A São Paulo Distribuição e Logística Ltda. ("SPDL") tem como atividades preponderantes a prestação de serviços de gerenciamento de logística para distribuição de jornais e produtos editoriais em todo o território nacional.

A Genial Corretora de Seguros S.A. ("Genial") adquirida em setembro de 2016 pelo Grupo, tem como objeto social a corretagem de seguros dos ramos vida, seguros corporativos e empresariais, capitalização, planos previdenciários e saúde. Em 2019 houve cisão da sociedade e a parcela corresponde à Companhia foi incorporada pela OESP Mídia.

A emissão dessas demonstrações contábeis consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2020.

1.1. Continuidade operacional

Em função das ações que vêm sendo tomadas pela administração, a Companhia demonstrou melhora significativa em seu resultado apesar de ainda apresentar prejuízos acumulados, há projeção de continuidade do crescimento no curto e médio prazo com recuperação da rentabilidade dos produtos atuais e por meio do desenvolvimento de novos produtos voltados para o mercado digital.

A Companhia vem inovando de forma permanente em seu ramo de atuação, em 2019 iniciou o processo de transformação digital da redação que tem por objetivo levar para os novos canais e mídias digitais a mesma qualidade do jornal impresso. Esta transformação é mais uma extensão de investimentos em tecnologias, ferramentas e pessoas que iniciaram em anos anteriores.

A Administração do Grupo tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional do Grupo e suas controladas, sendo assim as demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de apresentação

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações contábeis consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por meio de resoluções por meio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Consolidação

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno de variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Controladas em conjunto (joint venture)

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre suas atividades econômicas e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas às atividades exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os investimentos em joint venture são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Empresas incluídas as demonstrações contábeis consolidadas

As empresas incluídas nessa demonstração contábil estão demonstradas a seguir:

Empresa	Atividade	Domicílio	Participação no consolidado - % (direta e indireta)
S.A. "O Estado de S. Paulo"	Publicação e edição de jornais	Brasil	100
OESP Mídia e Transportes S.A.	Direitos autorais, publicidade, internet e transportes	Brasil	100
Rádio Eldorado Ltda.	Serviços de radiofusão, sons e imagens	Brasil	100
APP Media S.A.	Serviço de marketing em dispositivos móveis	Brasil	45 (i)
S. Paulo Distribuição e Logística Ltda.	Distribuição	Brasil	50 (i)
Genial Corretora de Seguros S.A.	Seguros	Brasil	50 (i)

(i) Contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

(c) Novas normas, alterações e interpretações

A Companhia analisou os novos pronunciamentos contábeis e concluiu que não há efeitos para serem divulgados antecipadamente nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

(i) Em vigor para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2019:

- CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não traz impactos para a Companhia;

- Emissão da interpretação ICPC 22 - Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma CPC 32 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. Esta interpretação não gerou impacto nas demonstrações contábeis;

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2020 ou após, que ainda não tiveram as devidas alterações nas normas contábeis brasileiras e em seus respectivos pronunciamentos, e a Companhia apresenta abaixo a avaliação dos impactos da adoção destas normas em suas Demonstrações Contábeis:

- Alteração da norma IFRS 3 - Definição de negócio - Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A alteração desta norma não impacta as demonstrações contábeis da Companhia;
- Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 - Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A alteração desta norma não impacta as demonstrações contábeis da Companhia;
- Alteração das normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma da taxa de juros. Esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis;
- Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos e passivos financeiros

2.4.1. Instrumentos financeiros - Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros em basicamente duas categorias: ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, conforme demonstramos a seguir:

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos desta categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no período em que ocorrem.

(b) Ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são mensurados pelo método do custo amortizado. A opção da Companhia de classificar um passivo pelo valor justo somente pode ser realizada quando atender as definições de passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado e, consequentemente, proporcione informação contábil mais relevante a respeito da posição patrimonial e financeira da Companhia. Uma vez adotada a opção de mensurar os passivos pelo valor justo, a Companhia deve adotá-la de forma consistente, não podendo retornar ao método do custo amortizado.

2.4.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.3. Impairment de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de publicidade de anúncios, vendas de jornais em bancas, venda de assinaturas e serviços de internet no decurso normal das atividades das empresas da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment).

2.6. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, inferior ao valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis.

2.7 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Desta forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.8. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edifícios e benfeitorias	25
Equipamentos eletrônicos	5
Equipamentos e instalações	7
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Intangível

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Esses ativos não são amortizados.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de softwares, sistemas ou portais (sites), que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software ou sistemas identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software ou sistema para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software ou sistema e usá-lo ou vendê-lo;
- O software ou sistema pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software ou sistema gerarão benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software ou sistema;
- O gasto atribuível ao software ou sistema durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software ou sistema, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software ou sistema.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares ou sistemas reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.10. Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.11. Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda (impairment) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os principais ativos (imóveis, rotativos e intangíveis) foram avaliados e apresentaram valor contábil inferior ao valor de realização, portanto não requer nenhum tipo de ajuste.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Nesse caso, a provisão é registrada sempre que uma estimativa confiável do valor possa ser computada.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos; e (c) obrigações legais são registradas como passivos.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

2.15. Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria - contribuição definida

As empresas da Companhia participam de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego.

A Companhia tem planos de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida ("Oesprev"), as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, MultiPensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(b) Obrigações de aposentadoria - benefício definido

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando a tábua AT-2000. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela administração e contabilizadas em contas de despesas com salários no resultado do exercício.

2.16. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita e os custos associados de vendas no momento em que os produtos são entregues aos clientes, quando os serviços são prestados ou quando os riscos e benefícios associados são transferidos. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções).

A Companhia efetua operações de permutas de publicidade e sobre tais operações foi aplicado o conceito de valor justo para cada contrato, conforme requerido pelo CPC 47 - "Receita de Contrato com Clientes", sendo que os efeitos resultantes foram contabilizados no resultado de cada período.

(a) Venda de produtos e serviços

O resultado é reconhecido pelo regime de competência. As receitas de vendas e de serviços e os correspondentes custos são registrados como segue: (i) a receita com publicidade é reconhecida quando da publicação de anúncios; (ii) a receita relacionada às vendas de jornais em bancas é reconhecida quando os jornais são vendidos aos leitores; (iii) a receita com assinaturas, referente a valores recebidos antecipadamente, é reconhecida de acordo com a entrega dos exemplares; e (iv) as demais vendas de produtos e de serviços são reconhecidas quando da entrega dos produtos ou da efetiva prestação dos serviços aos clientes.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são substancialmente baseados em prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis nas demonstrações contábeis e as correspondentes bases fiscais. Se a Companhia operar com prejuízo ou não for capaz de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou no período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa do saldo de impostos diferidos ativo registrado, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva desses impostos.

(b) Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou a sua totalidade.

(c) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia gerencia seus recursos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável. O objetivo é buscar a redução da volatilidade do fluxo de caixa por meio do gerenciamento de risco que orienta em relação à diversificação das transações, condições de mercado, taxa de juros e capacidade de liquidez. A gestão dos recursos financeiros e nível de endividamento são determinados por meio de norma interna que estabelece as estratégias de gerenciamento de riscos, de proteção do caixa e patrimonial.

A Companhia não tem a prática de efetuar operações especulativas que utilizam instrumentos derivativos. Os procedimentos de controles internos da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma combinada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento da capacidade de liquidez e endividamento são: volatilidade do fluxo de caixa, preços praticados na venda de produtos e serviços e flutuações na taxa de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A maior parte das vendas da Companhia é denominada em reais e com parte dos seus custos e despesas também em reais. Entretanto, o custo do papel jornal é denominado em dólar norte-americano e em alguns casos em euro, causando uma variação cambial de moedas.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela administração. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de endividamento e liquidez.

Políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados às respectivas moedas na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	2019	2018
Ativos em moeda estrangeira	-	774
Passivos em moeda estrangeira	6.475	15.208

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros fixos, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(iii) Risco do preço de commodities

Este risco está relacionado com a possibilidade de oscilação no preço do papel jornal, matéria-prima dos jornais, que são considerados commodities. Os preços flutuam em função da demanda, da capacidade produtiva, das estratégias comerciais dos grandes produtores florestais, dos produtores de papel e da disponibilidade de substitutos.

Este risco é abordado de distintas maneiras. A Companhia conta com equipe especializada, que efetua o monitoramento tempestivo do preço do papel jornal e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções, de modo a auxiliar na tomada de medidas preventivas para enfrentar da melhor maneira possível os distintos cenários. Para essa commodity não existem operações derivativas de proteção disponíveis no mercado suficientes para mitigar o risco da totalidade das operações da Companhia.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia está sujeita ao risco de crédito com contrapartes, para as quais apresentamos os ratings divulgados ao mercado (Nota 7).

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para perda do saldo a receber de clientes, sempre que necessário (Nota 8).

Nenhum cliente detém, isoladamente, mais de 10% do saldo total de contas a receber de qualquer uma das empresas incluídas nessas demonstrações contábeis.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pelo grupo de tesouraria. O grupo de tesouraria investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa passivos financeiros não derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	47.040	21.895	10.348
Fornecedores e contas a pagar	30.229	-	-
	<u>77.269</u>	<u>21.895</u>	<u>10.348</u>
Em 31 de dezembro de 2018			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	44.199	34.256	32.831
Fornecedores e contas a pagar	44.644	-	-
	<u>88.843</u>	<u>34.256</u>	<u>32.831</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados diretamente com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações.

4.2. Demonstrativo da análise de sensibilidade

A tabela a seguir mostra a sensibilidade das principais dívidas e aplicações da Companhia:

Dívidas e aplicações	Premissas	Cenários			
		Aumento		Redução	
		25%	50%	25%	50%
Fornecedores	USD de 31 de dezembro de 2019 - R\$ 4,0307	(505)	(1.010)	505	1.010
Financiamento de importação	USD de 31 de dezembro de 2019 - R\$ 4,0307	(565)	(1.129)	565	1.129
Empréstimos e debêntures	CDI em 31 de dezembro de 2019 - 4,40	(347)	(695)	347	694
Aplicações financeiras	CDI em 31 de dezembro de 2019 - 4,40	220	441	(220)	(441)
Total do impacto estimado no resultado		<u>(1.197)</u>	<u>(2.393)</u>	<u>1.197</u>	<u>2.392</u>

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

As informações referentes a medições não contábeis, referentes ao EBITDA e EBITDA Ajustado não são informações auditadas e não são medidas definidas pelas IFRSs e práticas contábeis adotadas no Brasil, e não devem ser consideradas como substitutos de qualquer outra medida de desempenho financeiro relatada de acordo com as IFRS e BRGAAP.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA, e no índice de cobertura de dívidas, que corresponde ao EBITDA dividido pelo resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraído o montante de caixa e equivalentes de caixa.

O cálculo do EBITDA compreende o lucro operacional antes da equivalência patrimonial, dos juros, impostos, depreciações e amortizações.

Os índices em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados:

(i) Alavancagem financeira

	2019	2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures	71.608	94.702
Menos - caixa e equivalentes de caixa	(16.994)	(20.418)
Dívida líquida	<u>54.614</u>	<u>74.284</u>
EBITDA	13.919	13.396
Coeficiente de dívida líquida/EBITDA	<u>3,92</u>	<u>5,55</u>

(ii) Cobertura de dívida

	2019	2018
EBITDA	13.919	13.396
Resultado financeiro líquido	(7.794)	(10.884)
Coeficiente de EBITDA/Resultado financeiro	<u>1,79</u>	<u>1,23</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) EBITDA Ajustado

	2019	2018
Lucro líquido/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.718	(2.665)
Depreciações e amortizações	10.562	13.960
Participação no resultado de joint venture	1.639	2.101
EBITDA	<u>13.919</u>	<u>13.396</u>
Reestruturação (não auditado)	7.281	2.030
EBITDA Ajustado (não auditado)	<u>21.200</u>	<u>15.426</u>

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2019	2018
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	16.994	20.418
Contas a receber	24.719	27.225
	<u>41.713</u>	<u>47.643</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	71.608	94.575
Fornecedores e contas a pagar	30.229	44.644
	<u>101.837</u>	<u>139.219</u>
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Operações com derivativos	-	127
	<u>-</u>	<u>127</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	15.659	13.873
Aplicações financeiras	1.335	6.545
	<u>16.994</u>	<u>20.418</u>

As aplicações financeiras possuem rendimento médio de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e liquidez imediata.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Em relação à qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	2019	2018
Conta-corrente e aplicações financeiras		
AAA (bra)	16.471	19.146
BB-	-	405
A+(bra)	2	-
AA-	-	57
brAA+	-	783
AA(bra)	493	-
Caixa	28	27
	<u>16.994</u>	<u>20.418</u>

8 Contas a receber

	2019	2018
Contas a receber de clientes	38.877	40.435
(-) Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(14.158)	(13.210)
Parcela circulante	<u>24.719</u>	<u>27.225</u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	11.884	18.809
Até três meses vencidos	10.680	4.693
Acima de três meses vencidos	16.313	16.933
	<u>38.877</u>	<u>40.435</u>

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2019	2018
Em 1º de janeiro	13.210	14.205
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação Duvidosa	1.530	(440)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(582)	(555)
Em 31 de dezembro	<u>14.158</u>	<u>13.210</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São considerados integralmente na provisão os títulos com vencimento acima de 90 dias, para os vencimentos inferiores e a vencer utiliza-se o percentual de perda histórica. Para clientes órgãos públicos o prazo é de 180 dias e 210 para clientes no exterior.

9. Estoques

	2019	2018
Matérias-primas	5.019	14.149
Importação em trânsito	1.053	1.942
Outros materiais	400	363
	<u>6.472</u>	<u>16.454</u>

10. Impostos a recuperar

	2019	2018
IRPJ e CSLL - antecipações	-	41
IRPJ e CSLL - retidos na fonte	4.231	4.998
PIS e COFINS	1.327	1.468
INSS	3.953	-
IPI e outros	1.448	1.574
	<u>10.959</u>	<u>8.081</u>
Parcela não circulante	1.547	1.547
Parcela circulante	<u>9.412</u>	<u>6.534</u>

11. Impostos diferidos

As empresas utilizam a sistemática do lucro real e calculam e registram seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais, de base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias referentes às provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização.

A realização dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias depende da realização das provisões e de outras diferenças temporárias, sem período definido.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2019, as empresas OESP Mídia e Transportes S.A. e Rádio Eldorado Ltda. possuíam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, não registrados, que somados às diferenças temporárias, correspondiam a créditos tributários potenciais de R\$ 33.739 (2018 - R\$ 34.624). Esses créditos estão sendo controlados no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) de cada uma das empresas e não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo fato dessas empresas não apresentarem histórico de lucro tributável como também perspectiva de realização.

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.301)	(14.516)
Imposto de Renda e Contribuição Social à taxa nominal - 34%	2.142	4.935
Demonstrativo da origem da despesa de Imposto de Renda efetiva		
Efeito relativo aos juros sobre o capital próprio	(43)	(302)
Equivalência patrimonial	2.826	3.685
Diferenças permanentes	(2.763)	(2.239)
Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício	<u>2.162</u>	<u>6.079</u>
Corrente	(3.403)	(2.087)
Diferido	5.565	8.166
	<u>2.162</u>	<u>6.079</u>
Taxa efetiva - %	<u>34</u>	<u>42</u>

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2019	2018
Prejuízos fiscais de Imposto de Renda	30.489	26.151
Bases negativas de Contribuição Social	16.916	15.354
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	6.777	8.318
Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	5.562	5.252
Outras provisões temporárias	10.023	8.882
	<u>69.767</u>	<u>63.957</u>

(c) Movimentação dos impostos diferidos

	2019	2018
Em 1º de janeiro	63.957	57.090
Efeito nas variações		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	5.900	11.616
Variação diferenças temporárias	(90)	(4.749)
Em 31 de dezembro	<u>69.767</u>	<u>63.957</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e à base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir, baseado nas projeções da Administração de lucros tributáveis futuros:

	2019	2018
2019	-	134
2020	2.749	2.386
2021	5.867	5.379
2022	8.944	8.199
2023	12.614	11.563
Acima de 2023	39.593	36.296
	<u>69.767</u>	<u>63.957</u>

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos Eletrônicos	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em operação	Obras em andamento (**)	Total do imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	40	64	1.079	24.469	3.674	928	30.254	1.937	32.191
Aquisição	-	623	511	1.371	4.905	22	7.432	1.085	8.517
Baixas	-	-	-	(10)	(2.750)	-	(2.760)	-	(2.760)
Transferências (*)	-	-	-	1.784	-	-	1.784	(1.939)	(155)
Depreciação	-	(73)	(469)	(5.900)	(1.192)	(175)	(7.809)	-	(7.809)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	40	614	1.121	21.714	4.637	775	28.901	1.083	29.984
Custo total	40	977	88.473	218.013	7.804	12.434	327.741	1.083	328.824
Depreciação acumulada	-	(363)	(87.352)	(196.299)	(3.167)	(11.659)	(298.840)	-	(298.840)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	40	614	1.121	21.714	4.637	775	28.901	1.083	29.984
Aquisição	-	1.577	265	1.735	864	25	4.466	1.605	6.071
Baixas	-	(669)	(18)	(403)	(3.006)	(3)	(4.099)	-	(4.099)
Transferências (*)	-	-	-	-	-	-	-	(1.003)	(1.003)
Depreciação	-	(59)	(453)	(3.291)	(861)	(157)	(4.821)	-	(4.821)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40	1.463	915	19.755	1.634	640	24.447	1.685	26.132
Custo total	40	1.874	87.465	218.904	4.467	12.374	325.124	1.685	326.809
Depreciação acumulada	-	(411)	(86.550)	(199.149)	(2.833)	(11.734)	(300.677)	-	(300.677)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	40	1.463	915	19.755	1.634	640	24.447	1.685	26.132

(*) Inclui transferências entre imobilizado e intangível.

(**) As Obras em andamento correspondem a projetos ainda em fase de execução.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, certos empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

	Marcas, patentes e outros	Softwares	Desenvolvimento e implementação de sistemas	Desenvolvimento e implementação de portais (sites)	Total do intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2017	653	682	14.463	3.245	19.043
Aquisição	-	1	213	348	562
Transferências (*)	-	-	57	98	155
Amortização	-	(143)	(4.439)	(1.569)	(6.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	653	540	10.294	2.122	13.609
Custo total	653	4.584	46.565	21.400	73.202
Amortização acumulada	-	(4.044)	(36.271)	(19.278)	(59.593)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	653	540	10.294	2.122	13.609
Aquisição	697	20	269	365	1.351
Transferências (*)	-	-	1.095	(92)	1.003
Amortização	(162)	(54)	(4.126)	(1.399)	(5.741)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.188	506	7.532	996	10.222
Custo total	1.350	4.604	47.939	21.660	75.553
Amortização acumulada	(162)	(4.098)	(40.407)	(20.664)	(65.331)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	1.188	506	7.532	996	10.222

(*) Transferências do ativo imobilizado para o intangível.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	Indexador	Taxa de juros ao ano - %	2019	2018
Exterior				
Financiamento de importação	US\$	2,57 a 6,29	3.422	8.199
Nacionais				
Financiamento de importação		0,60 a 0,71 (*)	5.928	2.915
FINEP	TJLP	5 + equalização	4.758	9.916
Capital de giro	CDI	3,3 e 4,85	8.692	5.291
			19.378	18.122
			22.800	26.321
	Circulante		22.800	17.040
	Não Circulante		-	9.281

(*) a.m.

(b) Movimentação

	2019	2018
Saldo no início do exercício	26.321	24.915
Captação	25.085	16.839
Amortização	(31.065)	(18.491)
Juros e variações monetárias e cambiais	2.459	3.058
Saldo no fim do exercício	22.800	26.321

15. Debêntures

	2019	2018
Em 1º de janeiro	68.381	56.355
Captação	-	68.643
Amortização	(26.223)	(64.037)
Juros	6.650	7.420
	48.808	68.381
Circulante	19.667	19.812
Não circulante	29.141	48.569

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, apresentamos o escalonamento dos vencimentos da parcela não circulante da dívida em 31 de dezembro:

Vencimento das parcelas do não circulante	2019		2018	
	Em moeda nacional	Percentual	Em moeda nacional	Percentual
2020	-	-	19.428	40
2021	19.428	67	19.428	40
2022	9.713	33	9.713	20
	<u>29.141</u>	<u>100</u>	<u>48.569</u>	<u>100</u>

(a) Terceira emissão de debêntures

Em dezembro de 2011, a S.A. "O Estado de S. Paulo", na qualidade de emissora, e o Banco Bradesco BBI S.A., como banco mandatário e instituição depositária, celebraram, via instrumento particular de escritura, a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. A operação totalizou R\$ 150.000, em uma série única.

As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI) calculados e divulgados pela CETIP (taxa DI), acrescidos de juros de 2,98% ao ano até junho de 2014 e posterior juros de 2,2% ao ano, calculados pro rata temporis desde a data de emissão até a data do vencimento (base 252 dias úteis), que se estende até o mês de junho de 2017. Em 2016, houve aditamento ao contrato em que alterou o fluxo de pagamento das amortizações e juros, com vencimento final para junho de 2022, elevou a remuneração de 2,2% ao ano para 4,11% ao ano, constituiu nova garantidora a OESP Empreendimentos e Participações S.A, e estabeleceu novas necessidades de cumprimento de certos índices financeiros (covenants).

Em janeiro de 2018, a S.A. "O Estado de S. Paulo" realizou a 4ª (quarta) emissão de debêntures no valor de R\$ 69.600, destinada à quitação antecipada da 3ª (terceira) emissão e ao reforço de seu capital de giro. Os juros remuneratórios passam a ser 100% do CDI + 3,75% a.a.

(b) Garantias - Quarta emissão

OESP Mídia e Transportes S.A. e Agência Estado S.A., na qualidade de intervenientes garantidoras da liquidação das debêntures, obrigam-se solidariamente como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento do valor garantido.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hipoteca - a S.A. "O Estado de S. Paulo" constitui uma hipoteca em favor dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, sobre imóveis da Oesp Empreendimentos e Participações S.A., localizados na Avenida Professor Celestino Bourroul, 100 e na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55.

A Companhia atendeu a todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos.

16. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores nacionais	23.055	35.074
Fornecedores estrangeiros	3.061	7.009
	<u>26.116</u>	<u>42.083</u>

17. Obrigações trabalhistas

	2019	2018
INSS a recolher	944	1.670
FGTS a recolher	969	994
Provisão de férias e encargos	12.607	13.595
IRRF	3.064	2.492
Outras obrigações trabalhistas	3.798	2.218
	<u>21.382</u>	<u>20.969</u>

18 Programa de parcelamento fiscal

Segue abaixo a movimentação de parcelamento fiscal dos dois últimos exercícios:

	2019	2018
Em 1º de janeiro	138	188
Atualização monetária	2	12
Pagamentos efetuados	(66)	(62)
Em 31 de dezembro	<u>74</u>	<u>138</u>
Circulante	11	61
Não circulante	63	77

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Partes relacionadas

As despesas de partes relacionadas referem-se principalmente à venda de anúncios, a prestações de serviços e remessas de numerário.

	Natureza	2019	2018
Ativo circulante			
Agência Estado S.A.	Prestação de serviços e remessa de numerário	1.329	1.463
Estadão Ventures S.A.	Prestação de serviços e remessa de numerário	1.709	14
"Seu Dinheiro"	Prestação de serviços	-	20
		<u>3.038</u>	<u>1.497</u>
Ativo não circulante			
APP Media S.A.	Mútuo	760	-
		<u>760</u>	<u>-</u>
Passivo circulante			
Agência Estado S.A.	Prestação de serviços e remessa de numerário	38.659	29.299
APP Media S.A.	Prestação de serviços	24	-
		<u>38.683</u>	<u>29.299</u>

Remuneração do pessoal-chave da administração

As despesas com remuneração dos executivos e administradores da Companhia totalizaram R\$ 2.146 em 2019 (2018 - R\$ 2.213).

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário) e encargos sociais (contribuições para a seguridade social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)) e programa de remunerações variáveis. Os benefícios pós-emprego estão relacionados com a previdência privada (contribuição definida - Nota 23). A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios, como licença por tempo de serviço.

20. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas na opinião de seus consultores legais. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Contingências prováveis

Nos casos em que a perda é considerada provável pelos assessores legais, a provisão é estabelecida de acordo com os valores atualizados e são assim demonstradas:

	2019			2018		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido
Cíveis e lei de imprensa	(2.217)	3.595	1.378	(3.139)	6.437	3.298
Trabalhistas	(8.894)	25.162	16.268	(8.009)	24.951	16.942
	<u>(11.111)</u>	<u>28.757</u>	<u>17.646</u>	<u>(11.148)</u>	<u>31.388</u>	<u>20.240</u>
Parcela circulante	(8.882)	20.613	11.731	(10.689)	20.061	9.372
Parcela não circulante	<u>(2.229)</u>	<u>8.144</u>	<u>5.915</u>	<u>(459)</u>	<u>11.327</u>	<u>10.868</u>

Os depósitos judiciais aqui apresentados referem-se aos processos que possuem provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo total de depósito judicial atualizado é de R\$ 36.969 (2018 - R\$ 38.436).

(b) Movimentação da provisão para contingências

As movimentações são demonstradas a seguir:

	2019	2018
Cíveis e lei de imprensa		
Em 1º de janeiro	6.437	8.366
Baixas, líquidas	<u>(2.842)</u>	<u>(1.929)</u>
Em 31 de dezembro	<u>3.595</u>	<u>6.437</u>
Trabalhistas		
Em 1º de janeiro	24.951	21.139
Adições	<u>211</u>	<u>3.812</u>
Em 31 de dezembro	<u>25.162</u>	<u>24.951</u>

As principais movimentações ocorridas são as seguintes:

(i) Contingências cíveis e lei de imprensa

Representam, principalmente, ações que pleiteiam verbas indenizatórias por suposto dano moral e/ou material.

(ii) Contingências trabalhistas

Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes a diferenças salariais e horas extras, responsabilidade subsidiária e outras. O montante registrado como provisão, considerado de perda provável, foi calculado com base no percentual histórico de perdas nos últimos 60 meses.

(c) Perdas possíveis - não provisionadas no balanço

Há processos cíveis e fiscais, cujos valores mensuráveis montam R\$ 139.734 em 31 de dezembro de 2019 (2018 - R\$ 137.530), e para as quais os consultores jurídicos estimam êxito possível.

Os principais valores, envolvidos no montante do consolidado, referem-se a:

- A Receita Federal não localizou pagamentos informados na DCTF e gerou auto de infração. Os DARFS não localizados pela fiscalização estavam devidamente recolhidos e localizados pela empresa, a qual retificou a DCTF e apresentou impugnação - R\$ 33.707;
- Processos cíveis referentes a terceirização x franquizados - R\$ 32.456;
- Auto de infração visando a cobrança de ICMS sobre a publicidade veiculada no jornal online - R\$ 12.839;
- Auto de infração de ICMS lavrado na Oesp Mídia, sob a alegação de que a empresa deixou de recolher ICMS no período de janeiro a dezembro/2013, referente a publicação de publicidade no portal ILOCAL - R\$ 10.567;
- Processo cível de indenização por danos morais, decorrentes de matérias veiculadas nos jornais O Estado de S.Paulo e Jornal da Tarde - R\$ 2.325;
- ISSQN não recolhido no prazo regulamentar (serviços considerados indevidamente como imunes) - R\$ 4.173;

(d) Depósitos judiciais

São compostos por depósitos para recursos classificados no ativo e referem-se, substancialmente, a causas trabalhistas e de lei de imprensa, que foram depositados judicialmente e consideradas de perda possível ou remota e sobre as quais não foram constituídas provisões.

21. Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes no montante de R\$ 37.865 em 2019 (2018 - R\$ 22.895), referem-se aos recebimentos de assinaturas, cujos exemplares ainda não foram entregues, e contratos antecipados de publicidade.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social da Companhia é composto de 706.776 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

23. Benefício pós-emprego

(a) Contribuição definida

A Companhia, como co-patrocinadora do plano de contribuição definida de aposentadoria, contribuiu R\$ 66 em 2019 (2018- R\$ 56).

(b) Benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido e em alguns casos oferece também assistência médica. Os custos dos benefícios de aposentadoria e de outros benefícios desses planos concedidos a funcionários e acionistas são determinados pelo método de benefício projetado pro rata sobre o serviço e também considerando as melhores expectativas da administração sobre tendências de custo e idade dos participantes.

Os saldos no balanço patrimonial são os seguintes:

<u>Valor presente das obrigações pós-emprego</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Acionistas	9.041	8.638
Ex-empregados	5.637	6.574
Total	14.678	15.212
 (-) Parcela do circulante	 1.229	 1.174
Parcela não circulante	<u>13.449</u>	<u>14.038</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor das obrigações é calculado por atuários independentes com base na tábua AT-2000 básica e considera a taxa de desconto de 8,94% a.a. e taxa de inflação de 4,00% a.a.

	2019	2018
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão	1.252	1.579
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente, sem considerar efeitos tributários	(572)	1.559
Efeito tributário	246	(533)
Ganho (perda) atuarial, líquido de imposto	(326)	1.026
Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente	346	672

A Companhia opera planos de pensão de benefício definido no Brasil com base no salário do funcionário aposentado.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Em 1º de janeiro	15.212	18.190
Custo financeiro	1.252	1.579
Remensurações atuariais	572	(1.559)
Benefícios pagos	(2.358)	(2.998)
Em 31 de dezembro	14.678	15.212

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são apenas de perda financeira líquida.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Percentual	
	2019	2018
Taxa de desconto	8,94	9,47
Taxa de inflação	4,00	4,25
Aumentos salariais futuros	4,00	4,25
Aumentos de planos de pensão futuros	4,00	4,25

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade baseiam-se na tábua de mortalidade pós-aposentadoria AT 2000 Básica.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é a seguinte:

Impacto na obrigação de benefício definido

	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	1%	(729)	814
Expectativa de vida	1 ano		

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

Em decorrência de seus planos de pensão de benefício definido, a Companhia está exposta a uma série de riscos, sendo que os mais significativos deles estão detalhados abaixo:

- (i) Risco de inflação - Algumas obrigações dos planos de pensão da Companhia são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação);
- (ii) Expectativa de vida - A maior parte das obrigações dos planos consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 5,66 anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise dos vencimentos futuros esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1-2 anos</u>	<u>Entre 2-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2019					
Benefícios de aposentadoria	2.110	2.014	5.359	6.324	15.807

24 Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta		
Vendas e prestações de serviços	435.660	446.161
Deduções de vendas	(67.197)	(67.993)
Receita operacional líquida	<u>368.463</u>	<u>378.168</u>

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Custos e despesas por natureza

	2019					2018				
	Custos	Vendas	Administrativas	Outras	Total	Custos	Vendas	Administrativas	Outras	Total
Matéria-prima	(49.245)	(36)	-	-	(49.281)	(51.254)	(29)	13	-	(51.270)
Despesas com pessoal	(77.423)	(38.143)	(21.209)	(1.869)	(138.644)	(77.336)	(37.282)	(28.907)	(678)	(144.203)
Serviços de terceiros	(21.893)	(14.925)	(13.701)	-	(50.519)	(27.354)	(15.590)	(9.445)	-	(52.389)
Despesas assistenciais	(1.703)	(1.528)	204	-	(3.027)	(1.553)	(1.370)	951	-	(1.972)
Promoção e propaganda	(38)	(20.683)	(1.048)	-	(21.769)	(1)	(19.565)	(495)	-	(20.061)
Promoção e propaganda - permuta	-	(4.225)	(219)	-	(4.444)	-	(4.173)	-	-	(4.173)
Depreciações e amortizações	(2.194)	(6.606)	(1.762)	-	(10.562)	(5.143)	(6.969)	(1.848)	-	(13.960)
Fretes e carretos	(513)	(42.739)	(2)	-	(43.254)	(21)	(43.948)	(9)	-	(43.978)
Despesas com comissões e bonificações	-	(6.295)	(62)	-	(6.357)	-	(7.748)	(39)	-	(7.787)
Locação de veículos	(1.650)	(112)	(49)	-	(1.811)	(1.683)	(169)	(20)	-	(1.872)
Aluguéis de edifícios, máquinas e equipamentos	(2.585)	(267)	(196)	-	(3.048)	(3.159)	(214)	(187)	-	(3.560)
Viagens	(1.964)	(838)	(302)	-	(3.104)	(2.883)	(946)	(262)	-	(4.091)
Comunicações	(859)	(925)	(350)	-	(2.134)	(810)	(976)	(346)	-	(2.132)
Hardware e software	(296)	(2.201)	(3.017)	-	(5.514)	(618)	(1.634)	(2.004)	-	(4.256)
Despesas com utilidades (água, luz e gás)	(679)	(7)	(5.016)	-	(5.702)	(619)	(7)	(4.261)	-	(4.887)
Materiais	(417)	(406)	(531)	-	(1.354)	(431)	(386)	(423)	-	(1.240)
Receitas extraordinárias	-	-	-	1.638	1.638	-	-	-	3.351	3.351
Outras despesas e receitas	(15.355)	(12.768)	(2.801)	13.662	(17.262)	(10.702)	(8.690)	(2.708)	357	(21.743)
Outras despesas - permuta	-	(597)	-	-	(597)	(115)	(444)	(51)	-	(610)
	(176.814)	(153.301)	(50.061)	13.431	(366.745)	(183.682)	(150.140)	(50.041)	3.030	(380.833)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro líquido

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	167	462
Outras receitas financeiras	<u>4.540</u>	<u>4.369</u>
	4.707	4.831
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.471)	(9.095)
Outras despesas financeiras	<u>(4.030)</u>	<u>(6.620)</u>
	(12.501)	(15.715)
Variações cambiais e monetárias		
Variação cambial e monetária sobre outros ativos e passivos	<u>(225)</u>	<u>(967)</u>
	(225)	(967)
Total	<u>(8.019)</u>	<u>(11.851)</u>

27. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 507.532 (2018 - R\$ 486.474), considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou suas responsabilidades.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.